



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA TURMA ESPECIAL**

Processo nº 10855.000297/2002-86
Recurso nº 141.411 Voluntário
Matéria IPI - PEDIDO DE RESSARCIMENTO - SALDO CREDOR TRIMESTRAL
Acórdão nº 293-00.150
Sessão de 10 de fevereiro de 2009
Recorrente EDENTEC - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Recorrida DRJ - RIBEIRÃO PRETO / SP

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Período de apuração: 01/10/2001 a 31/12/2001

PEDIDO DE RESSARCIMENTO DE CRÉDITOS.
CONHECIMENTO DO PEDIDO. DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA.

A autoridade competente para decidir sobre o pedido de ressarcimento de créditos do IPI pode condicionar o conhecimento do pedido à apresentação de documentação comprobatória do direito.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Período de apuração: 01/10/2001 a 31/12/2001

PEDIDO DE RESSARCIMENTO. COMPROVAÇÃO.
INTIMAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

Quando dados ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido de ressarcimento, o não atendimento no prazo fixado pela autoridade competente para a respectiva apresentação implicará o arquivamento do processo, que não deverá ter seguimento enquanto o requerente não atender o solicitado.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

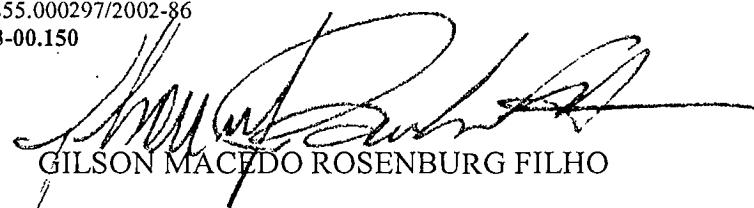
ACORDAM os Membros da TERCEIRA TURMA ESPECIAL do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 25/03/09

[Assinatura]

Marilde Cursino de Oliveira
Mat. Série 9450



GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

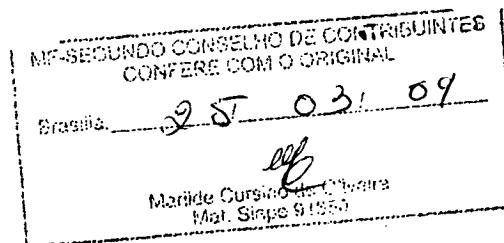
Presidente



ALEXANDRE KERN

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Luis Guilherme Queiroz Vivacqua e Andréia Dantas Lacerda Moneta.



Relatório

Cuida-se de recurso (fls. 184 a 188) interposto pelo recorrente acima qualificado, contra o Acórdão nº 14-14.831, de 7 de fevereiro de 2007, da DRJ/RPO, fls. 177 a 180, cuja ementa foi vazada nos seguintes termos:

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Período de apuração: 01/10/2001 a 31/12/2001

RESSARCIMENTO DO IPI. SALDO CREDOR. COMPROVAÇÃO.

Quando dados ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará o indeferimento do pleito.

Solicitação Indeferida

Após síntese dos fatos relacionados com o julgamento, em primeira instância administrativa, de sua Manifestação de Inconformidade contra o deferimento apenas parcial de seu pedido de ressarcimento de saldo credor do imposto, cursado sob o amparo do art. 11 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, o Recorrente pede reforma da decisão de piso, por entender que a fundamentação utilizada foi pouco consistente, haja vista que havia apresentado os documentos comprobatórios dos valores solicitados, quando da interposição da sua reclamação. Entende que o fisco, *ex officio*, deveria diligenciar para produzir a comprovação necessária para decidir o pleito, a teor do que dispõe o parágrafo único do art. 39 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Argumenta que, diante da redação da parte final do art. 40 da referida Lei, o pleito não deveria ter sido indeferido, mas, simplesmente, arquivado, sem julgamento do mérito, permitindo à mesma a oportunidade de reingressar com o pedido. Reclama da má aplicação das normas processuais, que findaram por deixar o processo moroso.

Conclui, requerendo reforma da decisão da DRJ/RPO, com a homologação da compensação declarada.

É o Relatório.

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTEC
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 25/03/09

Marilde Cursino de Oliveira
Mat. Siepe 91650

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 25, 03, 09

af
Marilda Cursino de Oliveira
Mat. Siape 91650

Voto

Conselheiro ALEXANDRE KERN, Relator

Presentes os pressupostos recursais, a petição de fls. 184 a 188 merece ser conhecida como recurso voluntário contra o Acórdão DRJ-RPO nº 14-14.831, de 7 de fevereiro de 2007.

Peço atenção à redação do art. 11 da Lei nº 9.779, de 1999, base legal do pedido de ressarcimento *sub judice*:

Art. 11. *O saldo credor do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, acumulado em cada trimestre-calendário, decorrente de aquisição de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, aplicados na industrialização, inclusive de produto isento ou tributado à alíquota zero, que o contribuinte não puder compensar com o IPI devido na saída de outros produtos, poderá ser utilizado de conformidade com o disposto nos arts. 73 e 74 da Lei nº 9.430, de 1996, observadas normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal - SRF, do Ministério da Fazenda.*

De acordo com o referido dispositivo, a análise do pleito é remetida às normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal. Com base nessa delegação, a SRF vem editando uma série de instruções, no sentido de dar agilidade ao processamento dos pedidos de ressarcimento e às declarações de compensação. Cito meramente a título de ilustração a Instrução Normativa SRF nº 210, de 30 de setembro de 2002; Instrução Normativa SRF nº 323, de 24 de abril de 2003; Instrução Normativa SRF nº 360, de 24 de setembro de 2003; Instrução Normativa SRF nº 376, de 23 de dezembro de 2003; Instrução Normativa nº 414, de 30 de março de 2004, Instrução Normativa SRF nº 432, de 22 de julho de 2004; Instrução Normativa nº 460, 18 de outubro de 2004; Instrução Normativa SRF nº 486, de 30 de dezembro de 2004; Instrução Normativa SRF nº 517, de 25 de fevereiro de 2005; Instrução Normativa SRF nº 535, de 8 de abril de 2005; Instrução Normativa SRF nº 598, de 28 de dezembro de 2005; Instrução Normativa SRF nº 618, de 3 de fevereiro de 2006; Instrução Normativa SRF nº 625, de 20 de fevereiro de 2006; Instrução Normativa SRF nº 600, de 28 de dezembro de 2005, e; Instrução Normativa SRF nº 729, de 20 de março de 2007.

Ainda, é lógico concluir que, a partir dessa delegação da competência regulamentar, a autoridade da SRF competente para decidir sobre o pedido de ressarcimento de créditos do IPI poderá condicionar o reconhecimento do direito creditório à apresentação, pelo estabelecimento que escriturou referidos créditos do livro Registro de Apuração do IPI correspondente aos períodos de apuração e de escrituração (ou cópia autenticada) e de outros documentos relativos aos créditos, inclusive notas fiscais e arquivos magnéticos, bem como determinar a realização de diligência fiscal no estabelecimento da pessoa jurídica a fim de que seja verificada a exatidão das informações prestadas. A essa conclusão se chega também a partir do sistema de distribuição do *onus probandi* adotado pelo processo administrativo federal, consubstanciado no art. 36 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a seguir transscrito:

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 25/03/09	
Marilda Cursino de Oliveira Mat. Siape 91650	

CC02/T93
Fls. 223

Art. 36. Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e do disposto no art. 37 desta Lei.

Veja-se que, em se tratando de pleito de ressarcimento, causa de exclusão do crédito tributário, o mesmo é efetivado, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o toca ao interessado fazer prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua concessão. É evidente, à míngua da comprovação de seu direito, a Autoridade Fiscal não pode deferi-lo. E não se trata aqui de subversão do princípio da verdade material. O administrado não pode esperar que a autoridade fiscal, *sponte sua*, suplemente a sua vontade e diligencie aquilo que ele próprio desidiosamente deixou de fazer. A busca da verdade real não se presta a suprir a inérgia do contribuinte que tenha deixado de apresentar a comprovação dos créditos alegados, consoante a inteligência do art. 179, *caput*, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – CTN.

A propósito do assunto, o Conselho de Contribuintes - CC tem o seguinte entendimento (Acórdão nº 202-18.280):

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

Período de apuração: 01/01/2000 a 31/03/2000

Ementa: RESSARCIMENTO/COMPENSAÇÃO. SALDO CREDOR. LEI Nº 9.779/99, ART. 11.

Se as irregularidades existentes na escrita fiscal da contribuinte tornam o valor requerido ilíquido e incerto, não há como se reconhecer o direito do contribuinte ao ressarcimento/compensação.

Quanto à possibilidade de conhecimento da documentação comprobatória dos alegados créditos, importa aventar a regra preclusiva do § 4º do art. 16 do Decreto nº 70.235, de 6 de março 1972 – PAF, já mencionada no Acórdão ora fustigado. Não se trata aqui de nenhuma das exceções ali previstas, de sorte que não se poderá dela conhecer.

Nada obstante, deve-se reconhecer razão ao recorrente, quanto ao destino que foi dado ao seu pleito.

A pena instituída para o não atendimento à intimação para produção de provas é a cominada no art. 40 da Lei nº 9.784, de 1999, reguladora do processo administrativo federal:

Art. 40. Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará arquivamento do processo.

O destaque aposto na transcrição do art. 40 serve para demonstrar a incorreção do procedimento da DRF competente para analisar originariamente o pleito de ressarcimento. Em face do não cumprimento de requisitos formais para a apreciação do pedido, não preclusivos do direito, a DRF expediu decisão de mérito, indeferindo parcialmente o pedido de ressarcimento. Parece-me que, nos casos da espécie, o procedimento mais adequado ao princípio da economia processual seria, simplesmente, não conhecer o pedido e arquivar o processo, até que o interessado se adequasse às normas regentes da matéria, com base no art.

40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Tal proceder evitaria tramitação inútil e dispendiosa do processo, já que nada impede que o requerente se harmonize à legislação e refaça seu pedido dentro do prazo prescricional

A DRF de jurisdição, no entanto, preferiu conhecer o pedido e apreciar seu mérito, abrindo ao requerente a oportunidade de discutir seu pleito no rito do Decreto nº 70.235, de 1972. Essa liberalidade, injustificada, onera ainda mais o já congestionado sistema processual administrativo fiscal.

Isso posto, voto por que se negue provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 10 de fevereiro de 2009



ALEXANDRE KERN

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE	8
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília,	25 / 03 / 09
af	
Marilde Cursino de Oliveira	
Mat. Siape 91650	